

PF prende delegado e mais 3 policiais civis de São Paulo suspeitos de atuar para o PCC

Dinheiro e armas apreendidos durante operação da PF e do MP-SP contra policiais corruptos ligados ao PCC – Foto: Reprodução/TV Globo

Ao todo, eram 8 mandados de prisão. Um ainda está foragido. Ação reúne dados de diversas investigações sobre a facção, inclusive o homicídio do delator Vinícius Gritzbach.

Uma operação policial realizada nesta terça-feira (17) prendeu sete pessoas, incluindo um delegado e mais três policiais civis suspeitos de atuar para o Primeiro Comando da Capital (PCC). Falta cumprir ainda um mandado de prisão contra mais um policial, considerado foragido.

Segundo as investigações, o esquema criminoso envolveria manipulação e vazamento de investigações policiais, venda de proteção a criminosos e corrupção para beneficiar um esquema de lavagem de dinheiro do PCC.

A ação é realizada pela Polícia Federal (PF) e promotores do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), com apoio da Corregedoria da Polícia Civil.

A Justiça decretou a prisão temporária dos investigados, buscas e apreensões em endereços relacionados a eles, e outras medidas cautelares, como bloqueio de contas bancárias e o sequestro de bens.

A operação é resultante do cruzamento de diversas investigações sobre o PCC, inclusive o assassinato do delator Vinícius Gritzbach, ocorrido em 8 de novembro, no Aeroporto

Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

O delegado preso é Fabio Baena, que foi acusado por Gritzbach, em sua delação premiada, de extorsão. Na época, Baena comandava uma investigação em que o delator era suspeito de mandar matar dois integrantes do PCC.

Também foram presos os policiais Eduardo Monteiro, Marcelo Ruggeri e Marcelo Marques de Souza, conhecido como Marcelo "Bombom". O policial que ainda está foragido é Rogério de Almeida Felício, e, segundo a reportagem apurou, também trabalha como segurança do cantor Gusttavo Lima.

Os demais presos suspeitos de envolvimento com o PCC são Ademir Pereira Andrade, Ahmed Hassan e Robinson Granger de Moura, conhecido como Molly.

Em nota, o advogado Daniel Bialski, que faz a defesa de Baena e de Monteiro, disse que considera a prisão uma "arbitrariedade flagrante". Afirmar ainda que os fatos que embasariam a prisão "já foram investigados e arquivados pela Justiça, por recomendação do próprio Ministério Público". E acrescentou que "ambos compareceram espontaneamente para serem ouvidos e jamais causaram qualquer embaraço às repetidas investigações".

A defesa de Marcelo Ruggeri disse que ainda não teve acesso aos autos, mas que considera a prisão prematura.

Os advogados de Rogério informaram que aguardam ter acesso integral ao processo "para analisar o caso e tomar as medidas legais cabíveis, reafirmando a confiança na Justiça para a comprovação de sua inocência".

"Rogério é um policial civil que, ao longo de sua carreira, sempre desempenhou suas funções com zelo, responsabilidade e respeito à lei e nunca teve qualquer envolvimento com o Crime Organizado", informou a sua defesa.

O gl tenta localizar a defesa dos outros presos.

Procurada, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo disse que a Corregedoria da Polícia Civil acompanha a operação e colabora com a PF e o MP.

As investigações apontam que a facção, com o apoio dessa organização criminosa, movimentou mais de R\$ 100 milhões desde 2018.

São 130 policiais federais e promotores com apoio da Corregedoria nas ruas. Ao todo, são 8 mandados de prisão e 13 de busca e apreensão na capital de São Paulo e nas cidades de Bragança Paulista, Igaratá e Ubatuba, no interior do estado.

A PF apreendeu R\$ 620 mil, US\$ 1 mil e 1,5 mil euros na casa de um dos policiais investigados. Os sete presos foram levadas inicialmente para a carceragem da Polícia Federal, na capital. Nesta quarta-feira (18) eles passarão por audiência de custódia na Justiça. Se as prisões forem mantidas, os agentes seguirão para o presídio da Polícia Civil. Já os outros alvos presos irão para uma unidade prisional comum.

Os investigados, de acordo com suas condutas, vão responder pelos crimes organização criminosa, corrupção ativa e passiva e ocultação de capitais. As penas somadas podem alcançar 30 anos de reclusão.

A operação foi batizada de Tacitus, termo que vem do latim que significa silencioso ou não dito, em alusão à forma de atuar da organização criminosa.

Os policiais civis são suspeitos de colaborar com o PCC, garantindo proteção e facilitando a lavagem de dinheiro por meio da compra de imóveis através de intermediários ou empresas de fachada. Eles também são suspeitos de desviar bens que deveriam ser apreendidos.

Fonte: César Tralli, Léo Arcoverde, Isabela Leite, Bruno Tavares, TV Globo e GloboNews e **Publicado Por:** <https://www.adeciopiran.com.br> em 17/12/2024/16:00:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato (93)98117- 7649 e-mai: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>